

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

31 de dezembro de 2025 e 2024

com Relatório da Administração e dos Auditores Independentes



INSTITUTO ADVENTISTA
DE ENSINO

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

31 de dezembro de 2025 e 2024

DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes Após exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como do Relatório da TSA Auditores Independentes, a diretoria declarar que:

- a) reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, e
- b) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria Independente emitido pela TSA Auditores Associados.




Mauricio Pinto Lima (25 de junho de 2026 21:07:07 ADT)

Mauricio Pinto Lima
Diretor Presidente

INSTITUTO ADVENTISTA
DE ENSINO


Charles Edson Rampanelli (25 de junho de 2026 10:27:55 ADT)

Charles Edson Rampanelli
Diretor Secretário


Telson Bombassaro Vargas (25 de junho de 2026 09:51:16 ADT)

Telson Bombassaro Vargas
Diretor Econômico

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

CNPJ: 43.586.056/0001-82



Estrada Municipal Pastor Walter Boger, Km 3,5 - Engenheiro Coelho - SP
Associação sem fins econômicos e lucrativos, com atividades preponderantes na área de Educação
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS nº 23.000.011252/2012-10
Utilidade Pública Estadual - Lei nº 8.576/1965 e Utilidade Pública Municipal - Decreto nº 228/2003

BALANÇO PATRIMONIAL
Unidades em: São Paulo, Hortolândia, Engenheiro Coelho.
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais)

ATIVO	Nota Explic.	2025	2024
CIRCULANTE		61.749.481,99	40.773.436,32
Equivalentes de Caixa	5	4.592.866,92	5.199.273,87
Contas a Receber	6	35.979.285,66	10.901.958,64
Estoques	7	12.145.004,98	11.662.404,77
Despesas do Exercício Seguinte	9	9.032.324,43	13.009.799,04
NÃO CIRCULANTE		185.903.207,60	221.800.433,56
Realizável a Longo Prazo		21.790.637,46	65.773.615,05
Valores a Receber a Longo Prazo	10	15.000.000,00	-
Créditos com Terceiros		-	59.535.165,15
Despesas Gerais a Apropriar a L. P.		326.791,61	1.813.735,94
Depósitos Judiciais		4.791.869,23	4.917.124,87
Despesas Do Exercício Seguinte a L. Prazo		1.965.896,37	-
(-)Deduções Dos Créditos a Longo Prazo		(293.919,75)	(492.410,91)
Imobilizado	11	162.384.405,67	156.026.818,51
Bens em Formação		10.241.187,40	480.140,03
Terrenos		8.047.762,67	9.239.367,51
Edifícios e Benfeitorias		188.937.555,77	189.350.273,74
Instalações		17.998.518,20	16.826.893,44
Móveis e Utensílios		17.758.855,19	16.747.517,65
Máquinas e Equipamentos		84.482.828,82	75.166.328,92
Automotores		3.317.830,50	3.353.476,89
Bens Culturais		9.115,11	-
Outros Imobilizados		5.447.685,47	5.699.342,61
(-) Depreciação Acumulada - Imobilizado		(173.856.933,46)	(160.836.522,28)
Intangível		1.728.164,47	-
Direito de Uso e Concessão/Software/Marcas e Patentes		1.777.550,76	-
(-) Amortização Acumulada - Intangível		(49.386,29)	-
TOTAL DO ATIVO		247.652.689,59	262.573.869,88
PASSIVO		2025	2024
CIRCULANTE		63.832.756,54	67.037.468,12
Contas a Pagar	12	42.675.044,20	35.728.113,28
Convênios e Empréstimos		-	12.248.673,44
Adiantamento de Clientes	13	15.376.062,48	15.315.483,16
Fundos em Confiança	14	232.262,95	178.797,61
Férias e Encargos Sociais	15	3.022.486,25	2.567.821,24
Provisão Processos Judiciais	16	2.526.900,66	998.579,39
NÃO CIRCULANTE		62.020.219,93	136.744.151,42
Exigível a Longo Prazo		62.020.219,93	136.744.151,42
Obrigações a Pagar a Longo Prazo	17	5.027.322,04	5.152.577,68
Alugués Antecipados		-	32.000,00
Adiantamento Venda de Propriedade		-	66.000.000,00
Convênios	18	56.992.897,89	65.559.573,74
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	121.799.713,12	58.792.250,34
Patrimônio Social		58.792.250,34	(7.284.796,92)
Superávit/Déficit do Exercício		63.007.462,78	66.077.047,26
TOTAL DO PASSIVO		247.652.689,59	262.573.869,88

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

CNPJ: 43.586.056/0001-82
Estrada Municipal Pastor Walter Boger, Km 3,5 - Engenheiro Coelho - SP
Associação sem fins econômicos e lucrativos, com atividades preponderantes na área de Educação
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CERBAS nº 23.000.01252.2012-10
Unidade Pública Estadual - Lei nº 8.576/1965 e Unidade Pública Municipal - Decreto nº 228/2003

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

Unidades em: São Paulo, Hortolândia, Engenheiro Coelho.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

	Nota Explic.	2025				2024			
		Básica	Superior	Sustentáveis	Total	Básica	Superior	Sustentáveis	Total
RECEITA OPERACIONAL BRUTA									
Receita de Prestação Serviços Educacionais		157.581.596,46	147.002.142,11	235.659.007,12	540.242.745,69	139.370.840,95	118.608.034,64	230.890.948,21	488.869.823,80
Mensalidades Alunos Pagantes	20	134.604.373,25	130.351.290,04	-	264.955.663,29	120.155.279,40	106.797.777,48	-	226.953.056,88
Mensalidades Concedidas em Bolsa de Estudos	20	100.393.332,67	101.062.586,78	-	201.455.919,45	90.681.974,24	81.987.736,41	-	172.669.710,65
	20	34.211.040,58	29.288.703,26	-	63.499.743,84	29.473.305,16	24.810.041,07	-	54.283.346,23
(-)-Dedução da Receita Educacional		(34.592.252,04)	(31.305.877,95)	-	(65.898.129,99)	(29.972.348,17)	(26.686.745,92)	(845.188,00)	(57.504.282,09)
(-) Bolsas 100%	20	(15.017.042,00)	-	-	(15.017.042,00)	(13.848.755,21)	-	-	(13.848.755,21)
(-) Bolsas 50%	20	(7.885.098,50)	-	-	(7.885.098,50)	(7.896.805,00)	-	-	(7.896.805,00)
(-) Bolsas Conc. Básica-Func/Dep.100%	20	(11.014.871,00)	-	-	(11.014.871,00)	(6.876.129,00)	-	-	(6.876.129,00)
(-) Bolsas Conc. Básica-Func/Dep.50%	20	(294.029,08)	-	-	(294.029,08)	(851.615,95)	-	-	(851.615,95)
(-) Bolsas Conc. Graduação 100%		(17.688.823,97)	(17.688.823,97)	-	(17.688.823,97)	(14.652.623,04)	(14.652.623,04)	-	(14.652.623,04)
(-) Bolsas Conc. Graduação 50%		(1.819.822,67)	(1.819.822,67)	-	(1.819.822,67)	(2.391.278,41)	(2.391.278,41)	-	(2.391.278,41)
(-) Bolsas Conc. Graduação-Func/Dep.100%		(9.341.692,42)	(9.341.692,42)	-	(9.341.692,42)	(7.210.579,13)	(7.210.579,13)	-	(7.210.579,13)
(-) Bolsas Conc. Graduação-Func/Dep.Parcial		(315.585,60)	(315.585,60)	-	(315.585,60)	(217.166,26)	(217.166,26)	-	(217.166,26)
(-) Bolsas Conc. Pós-Graduação-Func/Dep.100%		(102.993,60)	(102.993,60)	-	(102.993,60)	(124.920,58)	(124.920,58)	-	(124.920,58)
(-) Bolsas Conc. Pós-Graduação-Func/Dep.Parcial		(19.785,00)	(19.785,00)	-	(19.785,00)	(181.452,00)	(181.452,00)	-	(181.452,00)
(-) Descontos, Abatimentos e Deduções		(381.211,46)	(2.017.174,69)	-	(2.398.386,15)	(499.043,01)	(845.188,00)	-	(3.220.935,86)
Receita de Atividades Sustentáveis			19.470.127,21	19.470.127,21	19.470.127,21		19.096.637,69	19.096.637,69	19.096.637,69
Receita da Venda de Atividades Sustentáveis			19.470.127,21	19.470.127,21	19.470.127,21		19.096.637,69	19.096.637,69	19.096.637,69
(-)-Dedução da Receita Bruta Ativ. Sustentáveis			(1.662.723,22)	(1.662.723,22)	(1.662.723,22)		(1.636.250,94)	(1.636.250,94)	(1.636.250,94)
(-)Descontos, Abatimentos e Deduções			(1.662.723,22)	(1.662.723,22)	(1.662.723,22)		(1.636.250,94)	(1.636.250,94)	(1.636.250,94)
(+)-Demais Receitas		22.977.223,21	16.650.852,07	216.188.879,91	255.816.955,19	19.215.561,55	11.810.257,16	211.794.310,52	242.820.129,23
Doações	22	11.280.304,72	10.572.624,98	2.162.291,71	24.015.221,41	10.485.528,83	9.679.041,10	1.281.149,78	21.445.719,71
Recursos não Governamentais	23	-	95.332,84	95.067.424,55	95.162.757,39	-	126.488,67	43.489.537,99	43.616.026,66
Receita Cursos Livres e Extra Curriculares	24	9.086.437,36	2.116.982,34	49.497.421,14	60.700.840,84	7.950.295,87	1.253.484,07	50.996.160,18	60.199.940,12
Receita com Refeição		-	-	1.746.341,00	1.746.341,00	-	-	1.448.927,12	1.448.927,12
Receita com Direitos de Propriedades		10.818,40	45.341,00	6.211.100,08	6.267.259,48	9.377,50	15.892,00	5.917.074,99	5.942.344,49
Contas Reavidas	25	470.140,27	112.076,94	929.016,28	1.511.233,49	72.030,39	18.687,40	2.945.178,79	3.035.896,58
Reversão de Provisões		2.172.768,90	2.539.564,44	2.281.040,31	6.993.373,65	697.798,94	588.225,94	1.425.575,16	2.711.600,04
Receitas Patrimoniais	26	(45.361,44)	460.252,34	56.382.532,79	56.797.423,69	500,00	15.000,00	102.227.238,33	102.242.738,33
Outras Receitas	27	2.115,00	708.677,19	1.911.712,05	2.622.504,24	30,02	113.437,98	2.063.468,18	2.176.936,18
(=)RECEITA LIQUIDA		122.989.344,42	115.696.264,16	233.996.283,90	472.681.892,48	109.398.492,78	91.921.288,72	228.409.509,27	429.729.290,77
(-)-Custo dos Serviços / Atividades		44.447.343,98	74.059.538,58	104.925.634,39	223.432.516,95	42.183.951,56	51.390.051,79	112.198.463,90	205.772.467,25
Custo da Venda Atividades Sustentáveis		-	-	12.069.751,81	12.069.751,81	-	-	12.579.654,22	12.579.654,22
Despesas com Pessoal		41.399.525,21	68.367.948,49	86.260.510,37	196.027.984,07	39.367.695,01	47.717.618,62	92.066.740,67	179.152.054,30
Encargos Sociais e Previdenciários		3.047.818,77	5.691.590,09	6.595.372,21	15.334.781,07	2.816.296,55	3.672.433,17	7.552.069,01	14.040.758,73
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		78.542.000,44	41.636.725,58	129.070.649,51	249.249.375,53	67.214.541,22	40.531.236,93	116.211.045,37	223.956.823,52
(-)-Despesas Operacionais		16.131.268,42	40.455.656,33	97.811.115,14	154.398.039,89	11.924.029,02	22.736.129,11	97.110.434,28	131.770.592,41
Despesas Administrativas e Gerais		11.648.045,08	31.351.276,32	73.737.581,23	116.736.902,63	7.912.735,57	21.855.651,96	65.675.357,70	95.443.745,23
Despesas C/ Depreciações e Amortizações		1.544.926,79	4.824.922,49	10.629.273,93	16.999.123,21	1.416.230,02	3.607.899,30	9.661.648,37	14.685.777,69
Despesas Com Promoção e Treinamentos		2.938.296,55	4.155.126,41	13.209.415,78	20.302.838,74	2.546.333,13	3.395.819,29	15.468.521,78	21.410.674,20
Convênio Instituições Congêneres		-	124.331,11	234.844,20	359.175,31	48.730,30	87.165,47	94.499,52	230.395,29
(+)-Receitas Financeiras Líquidas		(14.174.197,04)	(15.400.911,88)	(2.268.763,94)	(31.843.872,86)	(13.339.655,63)	(10.698.751,63)	(2.070.776,59)	(26.109.183,85)
(+)Receitas Financeiras		1.237.579,66	589.965,05	1.362.415,22	3.189.959,93	1.020.450,64	494.316,64	2.237.608,34	3.752.375,02
(-)Despesas Financeiras		(15.411.776,70)	(15.990.876,93)	(3.631.179,16)	(35.033.832,79)	(14.360.105,67)	(11.193.068,27)	(4.308.384,93)	(29.861.558,87)
(=)SUPERAVIT/DEFICIT DO EXERCÍCIO		48.236.534,98	(14.219.842,63)	28.990.770,43	63.007.462,78	41.950.856,57	7.096.356,19	17.029.834,50	66.077.047,26

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO****CNPJ: 43.586.056/0001-82***Estrada Municipal Pastor Walter Boger, Km 3,5 - Engenheiro Coelho - SP**Associação sem fins econômicos e lucrativos, com atividades preponderantes na área de Educação**Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS nº 23.000.011252/2012-10**Utilidade Pública Estadual - Lei nº 8.576/1965 e Utilidade Pública Municipal - Decreto nº 228/2003***DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO****Unidades em: São Paulo, Hortolândia, Engenheiro Coelho.****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024****(Em reais)**

	2025	2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit Líquido Ajustado	43.630.748,67	(7.365.408,02)
Superávit/Déficit do Exercício	63.007.462,78	66.077.047,26
Depreciação e Amortização	16.999.123,21	14.685.777,69
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	11.610.410,03	4.219.987,73
Provisão para Processos Judiciais	2.101.183,86	956.399,19
Provisão de Férias e Encargos	5.266.074,91	8.944.654,58
Valor Residual do Ativo Imobilizado Baixado	(55.353.506,12)	(102.249.274,47)
(Aumento) Redução do Ativo	10.790.114,94	(65.851.570,00)
Contas a Receber	(36.687.737,05)	3.727.179,55
Estoques	(482.600,21)	(2.606.021,06)
Despesas do Exercício Seguinte	3.977.474,61	(6.267.620,57)
Realizável (Não Circulante)	43.982.977,59	(60.705.107,92)
Aumento (Redução) do Passivo	(76.172.571,34)	(33.644.534,51)
Contas a Pagar	3.821.587,98	(21.163.829,95)
Adiantamento de Clientes	60.579,32	1.603.740,80
Fundo de Confiança	53.465,34	(992.523,92)
Outras Obrigações	(5.384.272,49)	(9.701.422,31)
Exigível (Não Circulante)	(74.723.931,49)	(3.390.499,13)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(21.751.707,73)	(106.861.512,53)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Acréscimo no Imobilizado	31.996.795,75	91.914.372,03
Diminuição do Intangível	(1.728.164,47)	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	30.268.631,28	91.914.372,03
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento/Liquidação de Empréstimos	(9.123.330,50)	(104.116,50)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(9.123.330,50)	(104.116,50)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(606.406,95)	(15.051.257,00)
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.199.273,87	20.250.530,87
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.592.866,92	5.199.273,87

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.*

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

CNPJ: 43.586.056/0001-82

Estrada Municipal Pastor Walter Boger, Km 3,5 - Engenheiro Coelho - SP

Associação sem fins econômicos e lucrativos, com atividades preponderantes na área de Educação

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS nº 23.000.011252/2012-10

Utilidade Pública Estadual - Lei nº 8.576/1965 e Utilidade Pública Municipal - Decreto nº 228/2003



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Unidades em: São Paulo, Hortolândia, Engenheiro Coelho.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais)

	PATRIMÔNIO	SUPERÁVIT/(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	TOTAL
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	(9.466.925,01)	2.182.128,09	(7.284.796,92)
Incorporação	2.182.128,09	(2.182.128,09)	-
Superávit ou (Déficit) do Exercício		66.077.047,26	66.077.047,26
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	(7.284.796,92)	66.077.047,26	58.792.250,34
Incorporação	66.077.047,26	(66.077.047,26)	-
Superávit ou (Déficit) do Exercício		63.007.462,78	63.007.462,78
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	58.792.250,34	63.007.462,78	121.799.713,12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO



CNPJ: 43.586.056/0001-82

Estrada Municipal Pastor Walter Boger, Km 3,5 - Engenheiro Coelho - SP
Associação sem fins econômicos e lucrativos, com atividades preponderantes na área de Educação
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS nº 23.000.011252/2012-10
Utilidade Pública Estadual - Lei nº 8.576/1965 e Utilidade Pública Municipal - Decreto nº 228/2003

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Unidades de Ensino: São Paulo, Hortolândia, Engenheiro Coelho.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais)

APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2025	Índices	2024	Índices
1-RECEITAS	<u>394.998.454,04</u>		<u>394.630.266,67</u>	
Receita da Prestação	199.057.533,30		169.448.774,79	
Outras Receitas	195.940.920,74		225.181.491,88	
2-INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	<u>(185.472.054,09)</u>		<u>(159.956.673,92)</u>	
(-)Custo dos Produtos/Serviços/Mercadorias	(12.069.751,81)		(12.579.654,22)	
(-)Serviços de Terceiros	(1.021.292,89)		(963.017,47)	
(-)Despesas Administrativas	(151.718.995,34)		(124.772.932,74)	
(-)Outras Despesas	(20.662.014,05)		(21.641.069,49)	
3-VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	209.526.399,95		234.673.592,75	
4-RETENÇÕES	<u>(16.999.123,21)</u>		<u>(14.685.777,69)</u>	
(-)Depreciações e Amortização	(16.999.123,21)		(14.685.777,69)	
5-VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	192.527.276,74		219.987.815,06	
6-VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	<u>80.873.398,37</u>		<u>38.851.399,12</u>	
Receitas Financeiras	3.189.959,93		3.752.375,02	
Doações Recebidas	77.683.438,44		35.099.024,10	
7-VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	273.400.675,11		258.839.214,18	
8-DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>273.400.675,11</u>	<u>100,00%</u>	<u>258.839.214,18</u>	<u>100,00%</u>
Remuneração do Trabalho(pessoal, encargos e benefícios)	210.341.472,25	76,94%	192.229.795,56	74,27%
Impostos, Taxas e Contribuições	51.740,08	0,02%	532.371,36	0,21%
Superávit ou Déficit do Exercício	63.007.462,78	23,05%	66.077.047,26	25,53%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

CNPJ/MF: 43.586.056/0001-82

*Estrada Municipal Pastor Walter Boger, Km 3,5 - Engenheiro Coelho - SP
Associação sem fins econômicos e lucrativos, com atividade preponderante na área de Educação
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS nº 23.000.022318/2015-31 em análise
Utilidade Pública Estadual - Lei nº 8.576/1965 e Utilidade Pública Municipal - Decreto nº 228/2003*

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS **31 de dezembro de 2025** **(Em reais)**

1. Contexto Operacional

O INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO - IAE, fundado em 1915, no município de Santo Amaro - SP, inscrito no CNPJ/MF sob nº 43.586.056/0001-82, pessoa jurídica de direito privado, constituído como associação, Entidade Beneficente de Assistência Social, comunitária, filantrópica e confessional, de fins educacionais, não lucrativos, com sede e foro no município de Engenheiro Coelho - SP, regido pelo vigente Estatuto Social registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Mogi Mirim sob o nº 1.745, no livro A-03. Certificado pelo MEC como Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS por meio da Portaria nº 491, de 19/11/2020, com pedido de renovação através dos processos nº 23000.022318/2015-31, 23000.034280/2018-92, 23000.032375/2021-77, e referente ao ano de 2024 datado em 20/12/2024, os quais se encontram no aguardo de análise. Nos termos da legislação vigente (art. 14 do Decreto nº 11.791/2023), o IAE possui o certificado ativo. Registrado no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS sob nº 73.623/63. É declarado de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº 70.120, de 04/02/72; pela Lei Estadual/SP nº 8.756, de 12/06/65; e pela Lei Municipal/EC nº 228, de 10/06/03. Tem por finalidade promover e/ou administrar e/ou gerir as atividades, ações e programas de fins educacionais, culturais, assistenciais e filantrópicos. O IAE aderiu ao Programa Universidade para Todos – PROUNI no 1º semestre de 2011, conforme Lei nº 11.096/2005.

2. Do Cumprimento do Artigo 14 do CTN

A IAE não tem finalidade lucrativa e em atendimento ao seu Estatuto Social, desenvolve suas atividades em estrita observância ao disposto no Art. 14 do Código Tributário Nacional, a saber:

- a) O IAE não distribui às suas associadas qualquer parcela do seu patrimônio ou entradas, a título de lucro ou participação nos seus resultados, vantagens, bonificações, dividendos, participações ou parcelas de seu patrimônio, sob qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes fossem atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, conforme previsto em seu Estatuto Social, no artigo 11.
- b) O IAE aplica todas as suas rendas, receitas e eventuais resultados operacionais e bens, inclusive as subvenções e doações recebidas, integralmente no País, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, conforme previsto em seu Estatuto Social, no artigo 11.
- c) O IAE mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades que asseguram sua exatidão, conforme previsto em seu Estatuto Social no artigo 11.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, atendendo à Lei nº 6.404/1976, a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação dos componentes, variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis das entidades sem fins lucrativos.

As demonstrações contábeis foram elaboradas aderindo às Normas Brasileiras de Contabilidade, em especial a NBC TG 1000 e ITG 2002, e os demais Pronunciamentos



INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

CNPJ/MF: 43.586.056/0001-82

*Estrada Municipal Pastor Walter Boger, Km 3,5 - Engenheiro Coelho – SP
Associação sem fins econômicos e lucrativos, com atividade preponderante na área de Educação
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS nº 23.000.022318/2015-31 em análise
Utilidade Pública Estadual - Lei nº 8.576/1965 e Utilidade Pública Municipal - Decreto nº 228/2003*

Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade em vigor até a data de conclusão da elaboração das demonstrações contábeis.

4. Principais práticas contábeis brasileiras adotadas

- a) Apuração do resultado
O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado.
- b) Caixa e Equivalentes de Caixa
Consistem em numerários disponíveis no IAE. Caixa e equivalentes de caixa incluem aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço.
- c) Estoque
Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos respectivos custos de reposição ou de realização e referem-se aos estoques de livros, uniformes, na data do balanço.
- d) Outros ativos
Os demais ativos estão apresentados ao valor de realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.
- e) Investimentos
Os investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição atualizados quando aplicável, deduzido a provisão para perdas prováveis dos investimentos.
- f) Imobilizado
O Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, registrada diretamente no resultado do exercício.
Os valores do imobilizado são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.
- g) Intangível
Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição deduzidos da amortização acumulada.
- h) Passivo circulante
São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.
- i) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)
Está sendo registrado nesta conta as perdas de recebimento de crédito, tomando-se como base a média de perdas havidas nos últimos 3 (três) anos.
- j) Contas a Pagar



INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

CNPJ/MF: 43.586.056/0001-82

Estrada Municipal Pastor Walter Boger, Km 3,5 - Engenheiro Coelho - SP
Associação sem fins econômicos e lucrativos, com atividade preponderante na área de Educação
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS nº 23.000.022318/2015-31 em análise
Utilidade Pública Estadual - Lei nº 8.576/1965 e Utilidade Pública Municipal - Decreto nº 228/2003

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

- k) Férias e Encargos
Foram constituídas provisões de férias com base em 1/3 (um terço) dos salários nominais ajustados aos respectivos períodos aquisitivos, acrescidas dos respectivos encargos até a data do balanço.
- l) Ajuste a Valor Presente
Os Ativos e Passivos de longo ou de curto prazo não sofreram efeitos relevantes no período.
- m) Formalidade da Escrituração Contábil – NBC ITG 2000
O IAE mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.
As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas na “Escrituração Contábil Digital-ECD”. A documentação contábil do IAE é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. O IAE mantém em boa ordem a documentação contábil.

5. Equivalentes de Caixa

O IAE mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestidos em atividades ligadas ao seu objeto estatutário.

Conforme determina a NBC TG 03 – Demonstração do Fluxo de Caixa e NBC TG 26 - Na apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

Descrição	2025	2024
Caixa	128.280,31	220.616,75
Bancos	70.698,27	585.258,97
Aplicações Financeiras de Liquidação Imediata (a)	4.393.888,34	4.393.398,15
Total	4.592.866,92	5.199.273,87

Os valores estão aplicados em modalidade de investimentos com baixo risco de perda do valor investido. As aplicações financeiras vêm sendo mantidas, substancialmente, em fundos de investimento de renda fixa, que possuem alta liquidez cujas rentabilidades estão em linha às taxas de juros do mercado (CDI). As aplicações são registradas pelo valor de realização e, em sua maioria, não possuem vencimentos predeterminados, podendo ser resgatadas a qualquer momento, com liquidez imediata.

6. Contas a Receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado. Estão apresentadas pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

Descrição	2025	2024
Clientes Nacionais a Receber	19.621.349,62	69.924,04
Serviços Educacionais a Receber	36.638.318,36	38.743.197,94
Pessoal a Receber	862.129,88	455.265,82
Entidades da Organização a Receber	1.341.662,15	36.603,87
Impostos a Recuperar	35.787,68	-
Títulos a Receber	4.199.150,13	2.116.322,71
Títulos a Receber Exercício Anterior	155.456,75	248.099,01
Cartões de Crédito/Débito a Receber	2.146.805,58	1.831.619,51
Prestação de Contas a Receber	103.320,43	135.767,97
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(29.124.694,92)	(32.734.842,23)
Total	35.979.285,66	10.901.958,64

As Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) foi reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de títulos cuja recuperação é considerada improvável.

7. Estoques

Em conformidade com a NBC TG 16, os estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição e os valores contabilizados não excedem os valores de mercado.

Descrição	2025	2024
Mercadorias e Medicamentos	11.082.337,73	10.785.230,72
Materiais de Consumo	1.062.667,25	877.174,05
Total	12.145.004,98	11.662.404,77

8. Depósitos Judiciais

Referem-se a depósitos que visam suspender a exigibilidade de ações judiciais enquanto não transitado em julgado.

9. Despesas do Exercício Seguinte

De acordo com o artigo 179 da Lei nº 6.404/1976, classifica nessa conta despesas que serão apropriadas no exercício posterior. As despesas pagas antecipadamente são registradas pelo valor efetivamente pago e são reconhecidas no resultado à medida que seus benefícios são obtidos ou quando não há expectativa de recuperação do valor pago.

Adiantamento a fornecedores são valores pagos a terceiros, que serão regularizados em período subsequente mediante apresentação das respectivas notas fiscais.

10. Valores a Receber a Longo Prazo

O valor de **R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais)** registrado no ativo como a receber refere-se à venda de propriedade pertencente à entidade, formalizada por meio de instrumento contratual firmado entre as partes.

A operação contempla a alienação de bem imóvel de titularidade da entidade, sendo o reconhecimento contábil efetuado em conformidade com o regime de competência, considerando a transferência substancial dos riscos e benefícios ao adquirente. O valor a receber corresponde ao saldo ainda não liquidado na data do encerramento do período, conforme condições de pagamento estabelecidas em contrato.

11. Composição do Imobilizado

Para viabilizar o atendimento das suas necessidades, o IAE adquire bens, móveis e instalações e a própria sede, através da receita oriunda de suas atividades. O Ativo Imobilizado está registrado contabilmente, conforme apresentado:

Descrição	Taxa Anual	2024	2025			
		Valor Residual	Aquisição/Baixas	Custo	Depreciação	Valor Residual
Bens Em Formação	0%	480.140,03	9.678.297,41	10.158.437,44	-	10.158.437,44
Adiantamento à Fornecedores	0%	-	82.749,96	82.749,96	-	82.749,96
Terrenos	0%	9.239.367,51	(1.191.604,84)	8.047.762,67	-	8.047.762,67
Edifícios e Benfeitorias	4%	109.478.615,25	(7.279.682,07)	188.937.555,77	(86.738.622,59)	102.198.933,18
Instalações	5%	6.777.159,76	554.103,57	17.998.518,20	(10.667.254,87)	7.331.263,33
Móveis e Utensílios	10%	4.874.482,35	180.149,64	17.758.855,19	(12.704.223,20)	5.054.631,99
Máquinas e Equipamentos Diversos	10%	15.604.471,30	(279.014,70)	41.139.908,93	(25.814.452,33)	15.325.456,60
Equipamentos De Informática/Eletrônicos	25%	7.724.907,88	4.483.399,05	43.342.919,89	(31.134.612,96)	12.208.306,93
Veículos	25%	179.171,14	354.899,43	3.317.830,50	(2.783.759,93)	534.070,57
Outros Imobilizados	25%	1.668.503,29	(225.710,29)	5.456.800,58	(4.014.007,58)	1.442.793,00
Totais		156.026.818,51	6.357.587,16	336.241.339,13	(173.856.933,46)	162.384.405,67

12. Contas a Pagar

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Descrição	2025	2024
Fornecedores a Pagar	23.446.747,40	20.133.199,91
Obrigações Fiscais	51.355,79	60.451,82
Obrigações Empregatícias	16.685.438,09	15.257.925,81
Clientes Nacionais a Pagar	127.823,71	12.384,47
Entidades Congêneres a Pagar	869.379,91	76.096,89
Outras Contas a Pagar	1.494.299,30	188.054,38
Total	42.675.044,20	35.728.113,28

13. Adiantamento de Clientes

Estão registrados os serviços educacionais, recebidos antecipadamente pelo seu valor nominal referente ao próximo exercício.

14. Fundo em Confiança

Fundo em confiança é recursos recebidos para serem empregados em seus respectivos projetos.

Descrição	2025	2024
Fundo Alunos	-	64.673,13
Fundo Projetos/Diversos	232.262,95	114.124,48
Total	232.262,95	178.797,61

15. Férias e Encargos Apropriados

As férias foram provisionadas com base nos direitos adquiridos e seus respectivos encargos, com a finalidade de atender ao regime de competência das férias e seus encargos.

16. Provisões Processos Judiciais

O IAE, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as **prováveis** perdas estimadas com as ações em curso.

Descrição	2025	2024
Provisão Processos Judiciais Cíveis	511.434,52	460.798,99
Provisão Indenizações Trabalhistas	2.015.466,14	537.780,40
Total	2.526.900,66	998.579,39

O IAE possui ações envolvendo riscos de perda classificados pelos assessores jurídicos como **possível** no montante de R\$ 1.116.727,16, para os quais não há provisão constituída.

17. Obrigações Tributárias a L.P.

A entidade possui valores registrados em seu Passivo não circulante, na conta de Obrigações a Pagar a Longo Prazo, referentes a processos tributários em andamento, nos quais há discussão quanto à exigibilidade de determinados impostos.

Esses valores correspondem a depósitos realizados em juízo com a finalidade de suspender a exigibilidade dos créditos tributários, conforme previsto na legislação vigente (art. 151 do Código Tributário Nacional – CTN).

18. Convênios

A entidade mantém convênio firmado com a Entidade Mantenedora do Instituto Adventista de Ensino, com o objetivo de viabilizar a cooperação institucional nas áreas educacional, administrativa e/ou operacional, conforme termos estabelecidos no respectivo instrumento contratual.

Em decorrência desse convênio, encontram-se registrados nas demonstrações contábeis valores relativos a obrigações e/ou direitos financeiros decorrentes da execução das



INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

CNPJ/MF: 43.586.056/0001-82

Estrada Municipal Pastor Walter Boger, Km 3,5 - Engenheiro Coelho - SP
Associação sem fins econômicos e lucrativos, com atividade preponderante na área de Educação
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS nº 23.000.022318/2015-31 em análise
Utilidade Pública Estadual - Lei nº 8.576/1965 e Utilidade Pública Municipal - Decreto nº 228/2003

atividades pactuadas, os quais podem envolver repasses, contribuições, compartilhamento de custos ou ressarcimentos entre as partes.

Os saldos relacionados ao convênio são apurados com base nas condições acordadas entre as entidades, sendo reconhecidos contabilmente de acordo com o regime de competência, refletindo as transações realizadas ao longo do exercício.

A Administração acompanha periodicamente a execução do convênio e entende que os valores registrados representam adequadamente os direitos e obrigações existentes na data das demonstrações contábeis.

Eventuais ajustes ou regularizações serão realizados conforme a evolução das prestações de contas e demais obrigações previstas no convênio.

19. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é constituído pelo Patrimônio Social, o qual inclui Bens Móveis e Imóveis, bem como pelos superávits resultantes das atividades, os quais são integralmente aplicados na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais.

20. Compromisso com Gratuidades

Para fins de concessão de bolsa de estudo, o IAE segue os critérios definidos pela legislação que regulamenta o CEBAS (Certificação das Entidades Benéficas de Assistência Social), Lei Complementar 187/2021, Decreto nº 11.791/2023 e PROUNI (Programa Universidade para Todos).

Educação Básica		2025	2024
Total de alunos matriculados (a)		8.342	8.171
Alunos bolsa integral	Io	866	837
Alunos bolsa integral e com deficiência	Id	24	24
Número total de alunos com bolsa integral	I	890	861
Outras bolsas integrais (b)		758	482
Alunos inadimplentes (d)		276	491
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	N	7.308	7.198
Alunos bolsa parcial de 50%	Po	941	1.016
Número total de alunos com bolsa parcial de 50%	P	941	1.016
Número total de bolsas integrais equivalentes	B	1.365	1.374
Outras bolsas parciais		90	90
Cálculo dos benefícios complementares			
Montante dos custos realizados pela entidade com os benefícios complementares	Vbc	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita Bruta anual de Mensalidades	M	134.604.373,25	120.155.279,40
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	A	8.066	7.680
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	Vr	R\$ 16.687,87	R\$ 15.645,22
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)		455	458
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo		Art. 19	Art. 19
Quantidade mínima de bolsas 1/5		Atendido	Atendido
Quantidade mínima de bolsas 1/9		Atendido	Atendido

A Entidade informa que, no exercício corrente, foi implementada a nova tabela da Calculadora MEC, conforme diretrizes atualizadas do Ministério da Educação. Essa atualização tem como objetivo padronizar e aprimorar os critérios de cálculo relacionados a bolsas estudantis e demais indicadores acadêmicos aplicáveis às instituições de ensino.

Dados de alunos e bolsistas no último mês do período IMEDIATAMENTE ANTERIOR (art. 52, § 1º, do Decreto 11.791/2023)	Educação Básica				Total
	Não Profissional			Profissional	
	Educação Infantil (Creche)	Ensino Fundamental	Ensino Médio (não profissional)	Educação Profissional Técnica de Nível Médio	
Total de alunos matriculados, inclusive bolsistas	855	5122	963	1402	8342
Bolsistas integrais Decreto 11.791/2023 (art.52, I)	41	596	79	129	845
Outros bolsistas integrais (Decreto 11.791/2023 art. 52, II)	79	525	76	78	758
Alunos inadimplentes a mais de 90 dias, cujas matrículas tenham sido recusadas (Decreto 11.791/2023 art. 52, III)	18	132	61	65	276
Alunos pagantes	717	3869	747	1130	6463
Bolsas equivalentes a serem concedidas					1293
Bolsas integrais a serem concedidas					718

Dados de alunos e bolsistas no período ATUAL (em análise)		Educação Básica				Total
		Não Profissional			Profissional	
		Educação Infantil (Creche / Pré-Escola)	Ensino Fundamental	Ensino Médio (não profissional)	Educação Profissional Técnica de Nível Médio	
					Articulada integrada	
Bolsas integrais, em tempo integral, concedidas a alunos com ou sem deficiência que atendem ao critério socioeconômico	Trabalhadores e dependentes	0	0	0	0	0
	Demais (universalidade)	0	20	1	3	24

Demais bolsas integrais, concedidas a alunos sem deficiência que atendem ao critério socioeconômico da LC 187/2021	Trabalhadores e dependentes	0	0	0	0	0
	Demais (universalidade)	41	576	78	171	866
Bolsas parciais de 50%, concedidas a alunos que atendem ao critério socioeconômico da LC 187/2021	Trabalhadores e dependentes	0	0	0	0	0
	Demais (universalidade)	20	655	81	185	941

APURAÇÃO DOS REQUISITOS			
Bolsas integrais a serem concedidas			718
Bolsas integrais concedidas, considerados os pesos das bolsas	Universalidade	Subtotal	894,8
	Trabalhadores e dependentes	Limite de 20% (em relação ao total de bolsas integrais consideradas)	223,7
	Total considerado:		894,8
Bolsas parciais de 50% concedidas	Universalidade	Subtotal	941
	Trabalhadores e dependentes	Limite de 20% (em relação ao total de bolsas parciais consideradas)	235,25
	Total considerado:		941
Total de bolsas de estudo concedidas (integrais e parciais), resguardadas as proporções			1.365
		Limite de 25% (em relação ao total de bolsas equivalentes devidas)	323,25
Bolsas equivalentes a serem concedidas			1.293
Total de bolsas equivalentes concedidas: integrais e parciais, resguardadas as proporções, mais benefícios			1.365



INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

CNPJ/MF: 43.586.056/0001-82

Estrada Municipal Pastor Walter Boger, Km 3,5 - Engenheiro Coelho - SP
Associação sem fins econômicos e lucrativos, com atividade preponderante na área de Educação
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS nº 23.000.022318/2015-31 em análise
Utilidade Pública Estadual - Lei nº 8.576/1965 e Utilidade Pública Municipal - Decreto nº 228/2003

Educação Superior (COM adesão ao PROUNI)		2025	2024
Total de alunos matriculados (a)		11.544	9.798
Alunos bolsa integral	Io	718	623
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	lpro	1.200	956
Número total de alunos com bolsa integral	I	1.918	1.579
Outras bolsas integrais (b)		803	713
Alunos inadimplentes (d)		1.023	987
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	N	9.718	8.098
Alunos bolsa parcial de 50%	Po	314	380
Número total de alunos com bolsa parcial de 50%	P	314	380
Numero total de bolsas integrais equivalentes	B	2.075	1.769
Outras bolsas parciais		74	74
Cálculo dos benefícios complementares			
Receita Bruta anual de Mensalidades	M	130.351.290,04	106.797.777,48
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	A	10.521	8.811
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	Vr	R\$ 12.389,63	R\$ 12.120,96
Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares		0	0
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)		692	590
Número de benefícios complementares utilizado no cálculo	Bc	0	0
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo		Art. 19	Art. 19
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (Educação Superior sem Prouni 1/4)		Atendido	Atendido
Quantidade mínima de bolsas 1/9		Atendido	Atendido

A Entidade informa que, no exercício corrente, foi implementada a nova tabela da Calculadora MEC, conforme diretrizes atualizadas do Ministério da Educação. Essa atualização tem como objetivo padronizar e aprimorar os critérios de cálculo relacionados a bolsas estudantis e demais indicadores acadêmicos aplicáveis às instituições de ensino.

Dados de alunos e bolsistas no último mês do período IMEDIATAMENTE ANTERIOR (art. 52, § 1º, do Decreto 11.791/2023)	Educação Superior		Total
	Não Profissional	Profissional	
	Graduação	Curso Superior de Tecnologia (graduação)	
Total de alunos matriculados, inclusive bolsistas	9866	1678	11544
Bolsistas integrais do Decreto 11.791/2023 (art.52, I)	1669	249	1918
Outros bolsistas integrais (Decreto 11.791/2023 art. 52, II)	723	80	803
Alunos inadimplentes a mais de 90 dias, cujas rematrículas tenham sido recusadas (art. 52, III)	720	303	1023
Alunos pagantes	6754	1046	7800
Bolsas equivalentes a serem concedidas			1560
Bolsas integrais a serem concedidas			867

Dados de alunos e bolsistas no período ATUAL (em análise)		Educação Superior		Total
		Não Profissional	Profissional	
		Graduação	Curso Superior de Tecnologia (graduação)	
Bolsas integrais , concedidas a alunos que atendem ao critério socioeconômico da LC 187/2021	Trabalhadores e dependentes	0	0	0
	Demais (universalidade)	1669	249	1918
Bolsas parciais de 50%, concedidas a alunos que atendem ao critério socioeconômico da LC 187/2021	Trabalhadores e dependentes	0	0	0
	Demais (universalidade)	301	13	314

Dados de alunos e bolsistas no período ATUAL (em análise)		Educação Superior		Total
		Não Profissional	Profissional	
		Graduação	Curso Superior de Tecnologia (graduação)	
Bolsas integrais , concedidas a alunos que atendem ao critério socioeconômico da LC 187/2021	Demais (universalidade)	1669	249	1918
Bolsas parciais de 50%, concedidas a alunos que atendem ao critério socioeconômico da LC 187/2021	Trabalhadores e dependentes	0	0	0
	Demais (universalidade)	301	13	314

APURAÇÃO DOS REQUISITOS			
Bolsas integrais a serem concedidas			867
Bolsas integrais concedidas	Universalidade	Subtotal	1.918
	Trabalhadores e dependentes	Limite de 20% (em relação ao total de bolsas integrais consideradas)	479,5
	Total considerado:		1.918
Bolsas parciais de 50% concedidas	Universalidade	Subtotal	314
	Trabalhadores e dependentes	Limite de 20% (em relação ao total de bolsas parciais consideradas)	78,5
	Total considerado:		314
Total de bolsas de estudo concedidas (integrais e parciais), resguardadas as proporções			2.075
Limite de 25% (em relação ao total de bolsas equivalentes devidas)			390
Bolsas equivalentes a serem concedidas			1.560
Total de bolsas equivalentes concedidas: integrais e parciais, resguardadas as proporções mais benefícios			2.075

Demonstrativo das Bolsas Concedidas	Valor Bolsas Educacionais Concedidas 2025	Valor Bolsas Educacionais Concedidas 2024
Bolsa Concedida		
(-) Bolsas Sociais 100% - 1 X 9	32.705.865,97	28.501.378,25
(-) Bolsas Sociais concedidas 50%	9.704.921,17	10.288.083,41
(-) Bolsas Convenção	21.088.956,70	15.493.884,57
TOTAL	63.499.743,84	54.283.346,23

Receitas com Gratuidades e sem Gratuidades - Educação - ITG 2002

	2025	2024
Receita Efetiva Com Assistência Aplicada	262.557.277,14	224.577.309,02
(-) Assistência Aplicada	(63.499.743,84)	(54.283.346,23)
Receita (sem Assistência Aplicada)	199.057.533,30	170.293.962,79

21. Benefícios da Filantropia

Em atendimento a Lei Complementar nº 187/2021 e ao Decreto nº 11.791/2023 são demonstrados a seguir os valores relativos à imunidade de contribuições à seguridade social usufruídas nos exercícios de 2025 e 2024:

Contribuições Sociais – Imunidade	2025	2024
Cota Patronal	31.474.256,70	29.303.732,98
RAT	1.895.383,95	1.756.578,43
Terceiros	7.081.707,76	7.663.755,31
Contribuinte Individual	225.200,37	323.348,16
Contribuição - PIS	1.577.104,03	1.465.611,28
Contribuição - COFINS	14.097.859,52	12.924.643,35
TOTAL	56.351.512,33	53.437.669,51

Abaixo segue quadro comparativo entre os valores dos benefícios fiscais em relação a gratuidade aplicada na área de educação.



INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

CNPJ/MF: 43.586.056/0001-82

Estrada Municipal Pastor Walter Boger, Km 3,5 - Engenheiro Coelho - SP
Associação sem fins econômicos e lucrativos, com atividade preponderante na área de Educação
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS nº 23.000.022318/2015-31 em análise
Utilidade Pública Estadual - Lei nº 8.576/1965 e Utilidade Pública Municipal - Decreto nº 228/2003

Especificação	2025	2024
Imunidade Usufruída	56.351.512,33	53.437.669,51
Assistências Sociais Concedidas	63.499.743,84	54.283.346,23
Valor Aplicado a Maior/Menor	7.148.231,51	845.676,72

22. Doações Recebidas

Como parte da receita o IAE recebe doações de Pessoas Físicas, de Pessoas Jurídicas, e contribuições de outras entidades em finalidades de interesse. Esses recursos são aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais.

O valor das doações recebidas em:	2025	2024
Doações Pessoas Físicas	23.725.149,16	21.256.832,26
Doações Pessoas Jurídicas	290.072,25	188.887,45
Total das Doações	24.015.221,41	21.445.719,71

23. Recursos Não Governamentais

Todos os recursos são provenientes exclusivamente das entidades em finalidades de interesse comum.

O valor recebido em:	2025	2024
Subvenções de Entidades Congêneres	19.191.143,19	9.544.461,82
Contribuição Associativa	75.971.614,20	34.071.564,84
Total das Doações	95.162.757,39	43.616.026,66

24. Receita Cursos Livres e Extra Curriculares

A entidade reconhece como Receita de Cursos Livres e Extracurriculares os valores provenientes da oferta de atividades educacionais complementares, não vinculadas à grade curricular obrigatória dos cursos regulares.

Essas atividades compreendem, entre outras, cursos de extensão, capacitações, treinamentos, workshops e programas de desenvolvimento pessoal ou profissional, oferecidos à comunidade interna e externa.

As receitas são reconhecidas de acordo com o regime de competência, à medida que os serviços educacionais são prestados, independentemente do efetivo recebimento financeiro.

O valor recebido em:	2025	2024
Receita Cursos Extracurriculares	12.963.700,13	17.204.394,75
Receitas Atividades Especiais Educacionais	26.508.467,99	24.407.071,15
Pensionato Internos	21.228.672,72	18.588.474,22
Total das Doações	60.700.840,84	60.199.940,12

25. Receita com Direitos de Propriedades

A entidade reconhece como Receita com Direitos de Propriedade os valores provenientes da cessão onerosa de uso de bens de sua titularidade, especialmente relacionados à locação de espaços para eventos e à cessão de áreas destinadas ao plantio.



INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

CNPJ/MF: 43.586.056/0001-82

*Estrada Municipal Pastor Walter Boger, Km 3,5 - Engenheiro Coelho - SP
Associação sem fins econômicos e lucrativos, com atividade preponderante na área de Educação
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS nº 23.000.022318/2015-31 em análise
Utilidade Pública Estadual - Lei nº 8.576/1965 e Utilidade Pública Municipal - Decreto nº 228/2003*

As receitas oriundas de locações de espaços referem-se à utilização temporária de ambientes físicos da entidade por terceiros, para realização de eventos, encontros, atividades institucionais e demais finalidades autorizadas.

Já as receitas decorrentes da cessão de terras para plantio correspondem à autorização de uso de áreas rurais de propriedade da entidade, mediante contratos firmados com terceiros, podendo envolver exploração agrícola ou outras atividades correlatas.

O reconhecimento dessas receitas é realizado com base no regime de competência, sendo apropriadas ao resultado do período conforme o prazo de vigência dos contratos ou à medida em que os serviços de disponibilização dos espaços e áreas são efetivamente prestados.

Os valores são mensurados conforme condições estabelecidas em contratos formais, podendo incluir valores fixos, variáveis ou reajustáveis, de acordo com cláusulas contratuais específicas.

26. Receitas Patrimoniais

entidade realizou, no decorrer do exercício, a venda de áreas de terras agrícolas de sua propriedade, conforme autorizações e diretrizes estabelecidas por sua governança.

As receitas provenientes dessas transações são reconhecidas no resultado quando da transferência dos riscos e benefícios da propriedade ao adquirente, conforme previsto nas normas contábeis aplicáveis.

Os valores obtidos com a venda dessas áreas têm destinação específica voltada ao atendimento dos objetivos institucionais da entidade, sendo integralmente revertidos para o desenvolvimento e manutenção de suas atividades finalísticas, em conformidade com seu estatuto social.

Os registros contábeis refletem adequadamente os valores apurados nessas transações, atendendo aos princípios do regime de competência e à adequada evidenciação nas demonstrações financeiras.

27. Outras Receitas

O IAE tem como receita principal a prestação de serviço na área de Educação, mas também capta recursos como: locação de salas comerciais, locação de espaços para eventos e cursos, durante períodos de ociosidade em suas instalações. Como possui, em sua propriedade, árvores frutíferas e plantações de hortaliças, sendo que uma parte desses produtos são utilizados como forma de gerar recursos para o desenvolvimento de suas atividades.

	2025	2024
Depósitos Bancários Não Identificados	1.122.800,31	407.025,12
Outras Receitas Recorrentes	1.499.703,93	1.769.911,06
Total	2.622.504,24	2.176.936,18

28. Cobertura de Seguros

O IAE possui cobertura de seguros e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado nas modalidades de incêndio, raio, explosão, responsabilidade civil, roubo ou furto de bens, recomposição de documentos, vendaval e granizo, danos elétricos e vidros, que foram



INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

CNPJ/MF: 43.586.056/0001-82

Estrada Municipal Pastor Walter Boger, Km 3,5 - Engenheiro Coelho - SP
Associação sem fins econômicos e lucrativos, com atividade preponderante na área de Educação
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS nº 23.000.022318/2015-31 em análise
Utilidade Pública Estadual - Lei nº 8.576/1965 e Utilidade Pública Municipal - Decreto nº 228/2003

definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido.

29. Percentual das Mensalidades da Aplicado em Despesas com Pessoal

O IAE atendeu, nos exercícios de 2025 e 2024 o previsto no inciso III letra "c" do artigo 12 da Instrução Normativa SRF nº 113 de 21 de setembro de 1998, que trata da destinação das despesas com pessoal docente e técnico administrativo incluídos os encargos sociais, de pelo menos 60% das mensalidades escolares de Ensino Superior, conforme demonstração abaixo:

Descrição	2025	2024
Receita Líquida de mensalidade	99.045.412,09	80.111.031,56
Percentual de 60% a aplicar	59.427.247,25	48.066.618,94
Valores Aplicados		
Salários	68.367.948,49	47.717.618,62
Encargos Sociais	5.691.590,09	3.672.433,17
Total Aplicado	74.059.538,58	51.390.051,79
Percentual Aplicado	74,77%	64,15%

30. Eventos Subsequentes

Desde 31 de dezembro de 2025 até a data do encerramento das Demonstrações Contábeis, em 15 de junho de 2026, não ocorreram fatos decorrentes que pudessem afetar as demonstrações contábeis do IAE.

31. Continuidade Operacional

O IAE avalia que possui habilidade em continuar operando normalmente e pretende manter sua atuação na execução de serviços gratuitos na área da saúde. Não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no princípio da continuidade operacional.

26. Autorização para Conclusão da Elaboração das Demonstrações Financeiras e sua Divulgação

Em 15 de junho de 2026, a Administração concedeu a autorização para a conclusão das demonstrações financeiras e autoriza a divulgação durante o exercício de 2026. O conjunto completo das demonstrações contábeis pormenorizadas, incluindo demonstrações auxiliares, contábeis e financeiras, encontram-se arquivadas na sede do IAE.

Engenheiro Coelho, 31 de dezembro de 2025.


Mauricio Pinto Lima (25 de junho de 2026 21:07:07 ADT)
MAURICIO PINTO DE LIMA
DIRETOR PRESIDENTE


Telson Bombassaro Vargas (25 de junho de 2026 09:51:16 ADT)
TELSON BOMBASSARO VARGAS
DIRETOR ECONOMO


Marcos Toth (25 de junho de 2026 09:43:31 ADT)
MARCOS TOTH
CRC 1SP-266855/O-0
CONTADOR



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Diretoria do
INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO
Engenheiro Coelho – SP

1. OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis do INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO, CNPJ 43.586.056/0001-82, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. BASE PARA A OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Entidade é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

4. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados



com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos trabalhos visam obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e, assim, emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- a) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- b) Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- c) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- d) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- e) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- f) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- g) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa



independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

6. OUTROS ASSUNTOS

Demonstração do Valor Adicionado – Examinamos, também, a demonstração individual do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, cuja apresentação é requerida pela legislação brasileira e normas contábeis brasileiras, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida ao mesmo procedimento de auditoria descrito anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior – Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, conforme relatório datado de 25 de junho de 2025, o qual não conteve qualquer modificação.

* * *

Porto Alegre, 26 de junho de 2026

TSA AUDITORES ASSOCIADOS SOCIEDADE SIMPLES

CRC RS-004240/O-1 S-SP – CVM 13242

Liana Luvizon

Contador CRC 1 RS-055269/O-5 T-SP